

■ POLÍTICA

Versão de ACM reforça tese da quebra de decoro

José Roberto Arruda depõe hoje e vai confirmar que conversou com o senador baiano sobre a possibilidade de violar o painel

Anamaria Rossi, Francisco Câmpere e João Domingos de Brasília

Está difícil para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) escapar de um processo por quebra de decoro parlamentar. A pena, para o caso dele, pode ser de advertência escrita, suspensão temporária ou perda de mandato. A maioria dos senadores do Conselho de Ética do Senado que ouviram ontem o depoimento de Antonio Carlos ficaram com a impressão de que o senador quebrou mesmo o decoro parlamentar por duas razões.

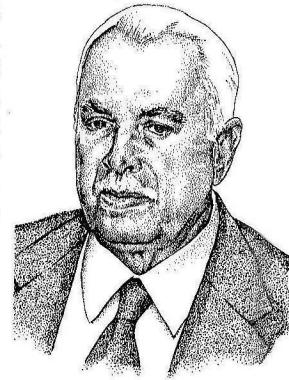
Primeira: não tomou nenhuma atitude contra os que ele diz terem violado o painel do Senado em 28 de junho de 2000: o ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Borges. Segunda: por ter apresentado ontem uma versão muito diferente das anteriores, pronunciadas em plenário, negando a existência da lista toda vez que se falou sobre violação do painel eletrônico.

No depoimento de ontem perante o Conselho de Ética, Antonio Carlos procurou, logo no início, convencer os senadores de que não teve nada a ver com a ordem que teria sido dada por Arruda para que Regina Borges descobrisse os votos secretos na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. Para isso, o senador baiano citou várias vezes o depoimento de Regina ao Conselho de Ética, e perguntou: "Alguma vez ela disse que eu lhe dei a ordem?"

Mas como Antonio Carlos insistia sempre nessa tese, os senadores começaram a indagar-lhe por que não tomara uma atitude drástica contra os que fraudaram o painel. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) chegou a insinuar que o ex-presidente do Senado agira com "descendência criminosa" ao tomar a decisão de não punir ninguém.

Antero afirmou ainda que Antonio Carlos cometera crime de "prevaricação". Nessa hora, o ex-presidente do Senado reagiu: "Eu nunca prevariquei na minha vida." Em seguida, ele recebeu um bilhete de um de seus advogados. Depois de observar as orientações, prosseguiu. Disse que não puniu os fraudadores por uma "razão de Estado" — a intenção de evitar o que chamou de um "mal maior" para o Senado.

Segundo Antonio Carlos, se vassasse alguma informação sobre o painel, a sessão poderia ser anulada e isso reverteria a cassação do senador Luiz Estevão, acusado de que-



Antonio Carlos Magalhães

bra de decoro justamente por falar uma coisa durante a CPI do Judiciário, modificá-la na semana seguinte e assim proceder de forma sucessiva. Por fim, Luiz Estevão foi acusado de ser um dos responsáveis pelo desvio de R\$ 169 milhões da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Antonio Carlos, no entanto, não manteve sigilo sobre a lista de votação. Vários senadores se referiram ontem ao depoimento secreto dos procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torrelli ao Conselho de Ética, no qual admitiram ter ouvido de Antonio Carlos a afirmação de que ele tinha mesmo a lista de votação.

Como boa parte dos senadores do Conselho de Ética está ciente de que o senador baiano quebrou o decoro parlamentar, resta agora a Antonio Carlos um trabalho mais difícil: o de convencê-los a não votarem pela cassação de seu mandato.

A alguns deixaram isso claro durante o próprio interrogatório. O relator do processo contra o ex-presidente do Senado, Saturnino Braga (PSB-RJ), por exemplo, diz que há contradições entre as afirmações sempre enfáticas de Antonio Carlos, no plenário ou no Conselho de Ética. E isso prejudica a credibilidade de seu depoimento.

O senador Ney Suassuna

(PMDB-PB) perguntou: "Como vamos saber que a versão de hoje é a verdadeira?" Para Suassuna, se Antonio Carlos falou a verdade ontem, mentiu por duas vezes. "Mentira não é quebra de decoro?" Marina Silva (PT-AC) disse que não se convenceu e acredita que a sociedade brasileira também não.

O senador Paulo Hartung (ES), líder do PPS, disse que essa é uma história com muitas mentiras e meias verdades. Considera que tanto Antonio Carlos quanto José Roberto Arruda quebraram o decoro parlamentar. Geraldo Althoff (SC), que é do PFL, disse que Antonio Carlos incorreu em ilícito ao não tomar nenhuma atitude e que o senador "incorreu em várias contradições".

A linha de defesa de Antonio Carlos ficou muito clara: negou que tenha dado qualquer incumbência a Arruda para espionar o painel de votação; que foi surpreendido pela lista levada por Arruda; chegou a insinuar que ela poderia ser falsa; disse que leu e rasgou o documento e que só passou a admitir a ocorrência da violação depois do laudo da Unicamp, que assegura não ter havido mudança de votos. Sem isso, segundo o senador, Luiz Estevão poderia recorrer à Justiça contra a votação.

Antonio Carlos jogou toda a culpa em Arruda e em Regina Borges. "Quando os funcionários falam, nos depoimentos, que obedeciam ordem superior, essa ordem superior é da doutora Regina, não minha." Afirou ainda que não tinha nenhum interesse na lista, porque não faz política no Distrito Federal.

Dúvidas na Comissão de Ética

Pontos que, segundo os senadores, apontam contradições na forma de agir de Antonio Carlos Magalhães

- Por que, ao receber a lista de votos do senador José Roberto Arruda, não o repreendeu imediatamente pelo crime?
- Por que, ao tomar conhecimento de que fora Regina Borges, ex-diretora do Prodasen, a responsável pela violação, não a puniu?
- Por que, mesmo com a justificativa de telefonar para Regina Borges a pedido de Arruda, depois de receber a lista, não a repreendeu naquele momento nem depois pelo ato ilegal?
- Por que, logo depois de verificar a lista de votação, procurou o senador petista José Eduardo Dutra (PT-SE) para comentar "estão dizendo por aí que sua líder (Heloísa Helena, de Alagoas) votou contra a gente", se havia rasgado o documento exatamente para preservar o sigilo do voto?
- Por que Arruda deixou a lista com Antonio Carlos, se era, como insinuou o ex-presidente do Senado, o grande interessado em conhecer o resultado, por ser representante de Brasília?

Numa posição em que normalmente as pessoas ficam acuadas, Antonio Carlos partiu para o ataque. Fez piadinhas, distribuiu elogios, principalmente para os senadores dos partidos de esquerda e, mais do que isso, procurou lembrar a todos os favores que já lhes prestou em passado recente, quando ainda presidia o Senado.

A senadora Marina Silva, Antonio Carlos lembrou tê-la defendido quando ela foi vítima de "calúnias" por parte de um ex-dirigente do Iama; ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que o chamava para a Mesa Diretora e conversavam sobre os mais diversos assuntos, alguns dos quais não revelaria nem a pedi-

do do próprio Dutra. Pedro Simon (PMDB-RS) foi provocado por Antonio Carlos: "Silenciou-se durante todo o processo de cassação. Nunca fez um discurso pela condenação. Deve ter votado de um jeito ou de outro".

Pedro Simon ficou irado. Quando foi a sua vez de fazer as perguntas, quis encostar Antonio Carlos na parede, dizendo, como se fosse o ex-presidente do Senado, na hora em que recebia a lista de Arruda: "Mas o que é isso? O senhor violou o painel? O senhor sabe da gravidade do crime que cometeu? Chame a doutora Regina aqui agora. Vamos esclarecer tudo."

Antonio Carlos respondeu: "Fique calmo, senador. A

televisão está mostrando tudo". Simon caiu: "É, hoje o senhor é o próprio Toninho Tranquillidade."

Diferente foi a interpretação do radical senador Lauro Campos (sem partido-DF), que deixou o PT recentemente, com acusações contra Luiz Inácio Lula da Silva e toda a cúpula do partido. Campos lembrou aos senadores que ali se discutia a violação do painel e não as razões que levaram o senador Antonio Carlos a não tomar nenhuma atitude quando recebeu a lista. Campos disse ainda que durante todo o seu tempo de convivência com o ex-presidente do Senado, este sempre defendeu a Casa.

Antonio Carlos não perdeu tempo. Afirmou que se o Senado hoje tem um símbolo, esse é o senador Lauro Campos. Disse que o quer para amigo e conselheiro. Campos prosseguiu e lembrou que no seu discurso de segunda-feira, o senador Arruda afirmou que, como líder do governo, fizera "coisas muito mais graves" do que a violação do painel. Perguntou a Antonio Carlos se ele fez o mesmo. "Fernando Henrique nunca pediu nada de immoral. Estou pagando o preço de ser independente."

Quanto ao senador José Roberto Arruda, sua situação é até mais difícil do que a de Antonio Carlos, avaliam os senadores. Arruda não tem aquilo que é fundamental para a defesa de qualquer um: o partido político. Ao se desfiliar do PSDB, Arruda transformou-se num parlamentar fantasma.

O primeiro sintoma de que alguém vai ser cassado é justamente a perda do partido político. Foi assim com Hildebrando Pascoal, Ronivon Santiago e João Maia, todos do Acre, expulsos do PFL antes da degola. Hildebrando foi acusado de tráfico de drogas e comando de grupos de extermínio; os outros dois, de venda do voto a favor da reeleição de Fernando Henrique. Também foi isso que ocorreu com Talvane Albuquerque, de Alagoas, acusado de ser o mandante do assassinato da ex-deputado Ceci Cunha (PSDB). Primeiro, ele foi expulso do PFL. Em seguida, teve o mandato cassado e foi expulso da Câmara. A exceção foi o senador Luiz Estevão. Ele respondeu ao processo de cassação no PMDB e no partido continua até hoje.

Arruda depõe hoje pela manhã e deve repetir a versão dita no plenário, segundo a qual apenas consultou Regina sobre a possibilidade de violação do painel. Mas acrescentará detalhes a alguns fatos, entre eles a conversa que teria tido com Antonio Carlos antes de procurar Regina. Nessa conversa, teria recebido a incumbência de procurar a então diretora do Prodasen.

A questão que fica no ar é a capacidade de Antonio Carlos sobreviver politicamente a um processo de cassação, cada vez mais próximo, contra o ex-líder do governo no Senado.